

## O PLANO DE MELHORAMENTO DE MOREIRA MACIEL

Arq. Günter Weimer<sup>1</sup>

O Plano de Melhoramentos vem sendo objeto de constantes reflexões de seu significado. Por vezes é apresentado como o ponto de partida de modernização de Porto Alegre, cujas principais diretrizes vieram a se constituir em marcos decisivos para o futuro desenvolvimento da cidade.

Em nosso ver, esta é uma postura demasiado radical. Seu valor se resume em apenas uma etapa nas constantes tentativas de adaptar a cidade a constantes transformações oriundas de decisões políticas sujeitas a interesses contraditórios e que não seguiam uma diretriz pré-determinada. Ingerências dos mais diferentes setores modificavam constantemente as orientações referentes à ocupação do solo fazendo com que os planos – dentre os quais, o Plano de Melhoramentos de 1914 – entrassem num constante processo de degradação e que, por isso mesmo, eram vistos como objeto de constantes e necessárias revisões. Isso caracteriza, em nosso ver, a sua transitoriedade e sua vulnerabilidade.

Sua elaboração aconteceu num período crítico da história do mundo ocidental, quando estava em preparação um dos mais radicais confrontos bélicos que a humanidade já assistiu, qual seja, a I Guerra Mundial. Estes preparativos trouxeram, transitoriamente, grandes vantagens ao Rio Grande do Sul. Por via de exportação de cereais que se constituíam num dos mais cobiçados alimentos “não perecíveis” da época. Uma disputa internacional em torno da aquisição destes produtos com a finalidade de abastecer os armazéns que deveriam suprir as tropas que estavam sendo preparadas para entrar em confronto armado, fez seus preços adquirirem níveis muito compensadores. Isso favoreceu a economia local que passou a investir pesado na industrialização e no fortalecimento de uma rede bancária regional onde se acumulavam os excedentes de capitais.

Este incremento das trocas no plano internacional teve como efeito secundário a necessidade de ampliar os meios de transporte que, para as condições da época, significou a ampliação da frota mercante e melhoramento do funcionamento dos portos. Este não era um problema específico

---

<sup>1</sup> Arquiteto pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS, em 1963. Especialista em Desenho Industrial pela Hochschule für Gestaltung de Ulm/Alemanha, em 1967. Mestre em História da Cultura pela PUCRS, em 1981. Doutor em Arquitetura pela FAU-USP, em 1991. Professor aposentado da FAU-UFRGS. Docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano (PROPUR) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRGS. Autor de cerca de 40 livros de autoria exclusiva e colaborador em aproximadamente 80 livros. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. E-mail [gunterweimer@gmail.com](mailto:gunterweimer@gmail.com)

do Brasil, mas se constituía numa premissa básica para a inserção do país neste mercado.

É claro que dentro deste panorama geral, cada região apresentava condições particulares. A Argentina se constituía numa região muito privilegiada pelo fato de possuir um vasto território muito plano e com condições ótimas para o desenvolvimento da agricultura. Isso favorecia a construção de uma vasta rede ferroviária a baixos custos e a construção de portos ribeirinhos que dispensavam os altos investimentos normalmente exigidos na construção de portos marítimos.

No caso brasileiro, a instalação da rede ferroviária sempre foi muito onerosa devido às características geográficas de terrenos acidentados. A construção de portos ainda se defrontava com outro problema de sérias implicações: as assim chamadas “doenças tropicais” eram por demais temidas devido aos altos índices de mortalidade que rondavam as áreas marítimas das regiões mais quentes do planeta.

Como o Rio Grande do Sul estava situado numa região mais austral, estava relativamente preservado destes temores, o que favorecia suas relações comerciais marítimas, mas dois problemas obstaculizavam o acesso a seus portos: a barra de Rio Grande apresentava pouca profundidade e os bancos de areia dificultavam o acesso ao porto da capital numa época em que os navios marítimos eram cada vez maiores e, por consequência, apresentavam calados cada vez maiores. A solução destes problemas eram premissas que se tornavam cada vez mais prementes, mas até a eclosão de I Guerra Mundial ainda não haviam se tornado um entrave para o desenvolvimento das relações de troca.

Para Porto Alegre, a questão da construção de um porto “moderno”, isto é, capaz de receber navios transatlânticos eram prioritário enquanto a questão do saneamento ainda que menos premente, acompanhou as preocupações dos governantes certamente por influência das premissas que estavam sendo colocadas para os demais portos brasileiros localizados nas áreas tropicais.

Sucessivos projetos para a construção do porto da Capital propunham aterros cada vez mais ousados no sentido de chegar mais próximo ao talvegue do Guaíba com a finalidade de permitir que navios de maior calado atracassem. Depois de ter sido tomada esta resolução e de terem sido preparados os respectivos projetos, foi aberta a concorrência para o início da construção do novo porto em 1910 que comportaria uma extensão de 140 metros – correspondente ao trecho entre a Rua Capitão Montanha e a Cassiano do Nascimento - e que foi vencida pela firma de Rudolf Ahrons. O segundo trecho que se estendia desde a Rua Cassiano do Nascimento até o

Mercado Público seria licitado em inícios de 1914. Suas obras não puderam ser iniciadas de imediato devido ao rompimento da Guerra.

De qualquer modo, estas obras não afetavam as relações comerciais que, afinal de contas, eram as que permitiam financiar estes investimentos.

Paralelamente a estas iniciativas corriam discussões ligadas às questões sanitárias. Para as concepções contemporâneas, seria de esperar que problemas referentes à reforma urbana e planejamento físico da cidade estariam mais afetas a setores de planejamento, mas, em decorrência das concepções filosóficas e religiosas dominantes na cúpula governamental, estas evoluíram e amadureceram a partir das reflexões decorrentes do sanitarismo, como será visto mais adiante.

Antes, porém, é necessário examinar questões de transformação estrutural da sociedade que serviu de pano de fundo destas iniciativas. Para iniciar, é necessário assinalar que todo processo de transformação social é doloroso e acarreta em mudanças na organização social que favorecem os novos donos do poder à custa dos estratos mais baixos da sociedade que pagaram com a miséria e com a exploração de sua força de trabalho a bem-aventurança dos poderosos.

Um aspecto que pouco tem sido estudado é o caráter milenarista do positivismo. Depois de passar por estágios primitivos de concepções religiosas e metafísicas, o estágio novo e superior que esta corrente filosófica pretendia inaugurar era o estado positivo, com o primado da razão sobre os instintos. Esta concepção alimentava um profundo desprezo pelo passado e, ao mesmo tempo, justificava iniciativas destinadas a construir um novo começo.

Deste enfoque também resultou outro absurdo que os positivistas e seus seguidores mais recentes têm defendido com unhas e dentes: somente a partir dos enfoques positivistas foi possível criar uma nova disciplina denominada de “urbanismo”. De onde surge a pergunta, o que seriam os projetos dos “projetistas” egípcios quando conceberam Aquetaton, em Amarna, ou as famosas cidades persas de Pasárgada de Ciro II e Persépolis, de Xerxes? Onde ficaria a riquíssima tradição de projetar cidades dos gregos e romanos da antiguidade clássica? Dispensamos a citação de outras realizações desde a mais remota antiguidade até as que passaram por sobre as cabeças dos positivistas sem que se dessem conta do que estava acontecendo.

Voltando a Porto Alegre de antes da I Guerra, podemos constatar que, na prática, este milenarismo levou a que a elite no poder se sentiu autorizada e justificada para demolir as antigas sedes do poder e substituí-las por novos palácios esplendorosos nas áreas centrais da cidade ao mesmo tempo em que os empresários concorriam entre si na edificação dos palacetes

mais audaciosos nos pontos mais altos da cidade. Uma longa tradição de sucessivos projetos de urbanismo era desprezada por pertencerem à fase “metafísica” e que eram considerados incompatíveis com o advento da fase “positiva” que estava sendo inaugurada.

Se a elite podia se deliciar com as benesses de seu saber superior, a população operária se espremia em cortiços nauseabundos na periferia da cidade e um bom contingente se via na contingência de se dedicar ao mais vil comércio da venda de favores sexuais como uma das últimas formas de garantir a sobrevivência física. Esta não foi uma questão específica de Porto Alegre, mas foi uma constante em todas as regiões que passaram por este processo. Específico de Porto Alegre foi o fato de que ela se processou com relativo atraso em relação aos países centrais. Na América do Sul, este retardamento se tornou mais evidente diante do grande desenvolvimento sócio-econômico que estavam vivendo a Argentina que, nesta época, era a maior potência econômica da América Latina e tinha o status de uma das maiores do mundo. A situação do Uruguai não era muito diferente. Sua importância econômica era menos preponderante ao da Argentina devido ao fato de que seu território era mais reduzido já que a fonte de acúmulo de capitais era sustentado pela produção extensiva da agricultura e da pecuária.

Cumpra aqui assinalar que nesta época, o Rio Grande do Sul estava muito mais vinculado aos países do Rio da Prata que com o resto do Brasil devido à precariedade das vias de comunicações. Uma viagem de trem de ferro até São Paulo levava mais de quatro dias em vagões de precárias condições de uso enquanto uma viagem até Montevideú ou Buenos Aires era realizada em pouco mais de um dia, em parte, em vagões de luxo. O transporte marítimo de Rio Grande ao centro-sul que se constituía na alternativa mais viável, era incerto, demorado e mais oneroso.

Em relação ao Brasil, o Rio Grande do Sul se constituía no terceiro pólo industrial do país depois do Rio de Janeiro e de São Paulo<sup>2</sup>. Neste contexto, as discrepâncias com estes dois centros industriais eram bem mais atenuadas, mas mesmo assim, Rio de Janeiro, por ser a capital do país, já detinha estrutura industrial muito desenvolvida e que correspondia a pouco mais do que o somatório da de São Paulo com a do Rio Grande do Sul. Embora a dinâmica do desenvolvimento agrícola e industrial do Rio Grande do Sul fosse acentuada, começava a perder espaço na concorrência com São Paulo devido à grande demanda internacional do café.

Vem sendo um lugar comum atribuir ao positivismo uma das bases

---

2 CARRION Jr., Francisco Machado: A economia do Rio Grande do Sul – Evolução Recente. In: DACANAL, J. Hildebrando e & Gonzaga, Sérgio: *RS: Economia e Política*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1979, passim.

doutrinárias do Plano de Melhoramentos de 1914. No entanto, poucos se detiveram em examinar as premissas objetivas dos escritos de Comte ou de seus co-militantes do positivismo no que concerne ao urbanismo. Efetivamente, o exame detalhado do Catecismo Positivista e demais escritos mostrou-se frustrante pelo simples fato de que este não era uma questão que preocupasse esses autores. Foram igualmente frustrantes as buscas em torno de concepções sobre a estética. Além de algumas frases bombásticas do tipo “a beleza é o esplendor da verdade” ou “a arquitetura sendo a mais técnica e a menos estética de todas as belas artes”, muito pouco pode ser encontrado em seus escritos. E com estas frases soltas é muito difícil fazer qualquer reflexão mais aprofundada sobre suas concepções sobre as artes. O que, ao fim a ao cabo, sobra é a convicção de que Comte juntamente com os demais participantes desta corrente de pensamento considerava as artes como um tipo de conhecimento menor ou desprezível como, aliás, foi expresso claramente num texto em que compara arte e poesia: “Se bem que o gênio filosófico e o gênio poético não possam nunca achar simultaneamente altos destinos, a natureza intelectual em ambos é em tudo idêntica”. Já foi por demais estudado o desprezo que Comte alimentava pela filosofia. Numa perspectiva de grande incoerência, como procurar demonstrar que a filosofia constituía um ramo menor de conhecimento baseado nos conhecimentos filosóficos nos quais “nunca se pode achar altos destinos”, fica evidente que, em seu entender, o destino das artes é vegetar em nível inferior do conhecimento humano. Isso também fica patente em sua relação de livros que todo positivista deveria ter em sua biblioteca onde constam, tão e somente, *A História das Artes entre os Antigos*, de Johann J. Winckelmann, *O Tratado de Pintura* de Leonardo da Vinci e *As Memórias sobre a Música*, de André E. M. Grétry. Ou seja, um livro sobre escultura, outro sobre pintura e um terceiro sobre música. Considerações sobre o urbanismo em seus escritos são mais escassos que os peixes no Mar Morto.

As consequências mais imediatas desta concepção foram as reduzidas contribuições do positivismo às artes. As idéias de Comte a respeito de como deveria ser um templo positivista se aproximam de um misto de absurdos de delírios megalomaniacos<sup>3</sup> com rasgos de morbidez<sup>4</sup>. A produção artística dita “positivista” está situada numa direta evolução dos movimentos artísticos então em voga dentre os quais, quando muito, se podem perceber certas tendências ao monumentalismo – com destaque, na arquitetura e no urbanismo – e uma acentuada valorização da alegoria, em se

---

3 A nave principal do templo deveria ter 40 por 80 metros com 50 metros de altura. COMTE, Auguste: Catecismo Positivista. In: COMTE, Auguste: *Os Pensadores*, São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 189.

4 O templo deveria ser implantado em meio a um cemitério com nada menos de cinco mil túmulos! COMTE, A. Idem, *ibidem*.

tratando da pintura e da escultura. Ora tanto a monumentalidade como a alegoria fazem parte das artes plásticas desde a antiguidade e não seriam sua valorização que haveria de conferir qualidades específicas à produção dos artistas que se identificavam como positivistas. Portanto, seria um absurdo falar em “estilo positivista”<sup>5</sup>.

Não queremos aqui nos deter na análise da filosofia do positivismo, tarefa já intentada por muitos autores, mas nos parece fundamental re-levar algumas de suas características. Na medida em que conhecimentos intelectuais abstratos eram menosprezados, os conhecimentos científicos demonstráveis eram elevados a níveis virtualmente míticos. Embora os positivistas se comprazessem em dizer que sua religião não tinha deus, não prescindiram da prática de uma religião altamente hierarquizada onde o pináculo seria ocupado pela veneração de uma abstrata entidade definida como “a humanidade” cujo símbolo se centrava na da imagem de Clotilde de Vaux, uma paixão não correspondida de Comte. A convicção de que os conhecimentos científicos viriam a tomar o lugar dos filosóficos fizeram com que as ambiguidades inerentes aos primeiros haveriam de ser solucionados, não através da reflexão, mas de um sucedâneo que seria a sociologia através dos representantes luminares do gênero humano, os sociólogos. Noutros termos, aos cientistas caberia o encargo de observar, generalizar e deduzir, porém as conclusões últimas estariam reservadas aos “sociólogos”, um posto muito disputado entre os membros do apostolado que se julgavam superiores às mazelas do cotidiano e concorriam com os integrantes da elite do poder político que se julgava mais capacitada que os primeiros porque esses eram demasiados “nefelibáticos”<sup>6</sup> por seu distanciamento da realidade prática da vida.

As consequências desta postura foram ambíguas. Se, por um lado, as ciências passaram a ser altamente valorizadas, pelo lado oposto, não cabia ao cientista tirar qualquer consequência interpretativa da matéria observada. Em consequência, não se deve esperar dos “práticos” qualquer elaboração teórica ou reflexiva porque estas questões não lhes diziam respeito. Desta postura resultava um comportamento que se aproximava mais de uma postura religiosa (crença na veracidade insofismável do conhecimento científico) do que numa concepção crítica diante de verdades sempre relativas.

---

5 Já temos empregado o qualificativo de “arquitetura positivista” que acabou por gerar incompreensões. Quando fizemos estas referências visávamos a arquitetura realizada no período em que a elite do poder rezava de acordo com o Catecismo Positivista, sem jamais intentar qualificar algo como um “estilo” positivista. De forma semelhante, “arquitetura escolar” ou “hospitalar” significa apenas certas premissas que acompanham os projetos referentes a estas instalações, sem implicar em que elas tenham de se sujeitar a algumas corrente estilística específica.

6 De “nefelibata”: o que anda nas nuvens, com o sentido de quem está fora da realidade.

Estes princípios eram levados a extremos dentre os quais o conceito de “observar” os fatos passou a ser interpretado como a necessidade de uma visualização física dos mesmos. Não temos encontrado nos escritos de Comte tal radicalização, mas seus seguidores julgavam também “nefelibática” a teoria da existência de micro-organismos já que não havia, à época, meios de visualizar os mesmos. De onde partiam do princípio de que, se os mesmos não podiam ser vistos, também não existiam. Esta concepção levou a uma acalorada confrontação entre biólogos, com Osvaldo Cruz à frente, contra os sanitaristas encabeçados por Saturnino de Brito. Para os primeiros, as doenças eram causadas pela ação de seres invisíveis por serem demasiado pequenos enquanto que os positivistas, baseados em concepções da filosofia da Grécia Clássica, julgavam que as doenças se originavam de “miasmas”, isto é, de emanações mórbidas provenientes de matérias em decomposição.

Estas discussões chegaram ao ápice por volta de 1909 quando Carlos Chagas conseguiu demonstrar que a doença que leva seu nome, era causada por um protozoário (*Trypanosoma cruzi*) de dimensões relativamente grandes, o que permitiu que pudesse ser visto através dos microscópios então disponíveis. A partir deste fato, a teoria dos miasmas foi progressivamente perdendo seus adeptos, porém os positivistas ortodoxos, com destaque para os rio-grandenses, não se dobraram às evidências e insistiram em continuar a fazer troça da concepção de que insetos e roedores propagarem doenças, inocentando-os desta culpa. Noutros termos, à época da elaboração do Plano de Melhoramentos, a teoria dos miasmas já estava superada até mesmo do ponto de vista do próprio positivismo.

Voltando ao tema das relações do positivismo com o urbanismo, e se aquele não tomava conhecimento deste, de onde eclodiram as preocupações dos positivistas para com o conhecimento das cidades? Certamente a concepção de que a sociologia seria o conhecimento mais elevado do gênero humano poderia ser a ponte que conduzia à questão do urbanismo que, por definição, se constitui num fenômeno sociológico por excelência.

Mas não foi este a trilha seguida. Comte sofria de problemas psicológicos e por diversas vezes foi internado em razões de alienação mental. Como em seu tempo os conhecimentos de psicologia eram incipientes, a terapia usada era colocar a pessoa em surto em camisa de força cujos resultados tendiam a agravar o problema em vez de melhorá-lo. Esta deve ter sido a principal causa pela qual Comte alimentava grande desprezo pela medicina e seu narcisismo o levava a se julgar mais apto a resolver os problemas médicos através de seus conhecimentos, ou seja, através da engenharia.

Esta postura haveria de influir profundamente na forma de governo

que se instauraria no Estado. A primeiro talvez tenha sido o centralismo autoritário<sup>7</sup>. As autoridades se julgavam legitimadas por sua impoluta postura moral, fossem elas integrantes do postulado ou da elite governamental. Claro está que o exercício do poder impunha que esta ortodoxia se sujeitasse a concessões e desvios que podiam chegar a extremos como a de falsificar resultados eleitorais e promover intervenções autoritárias em municípios do interior quando os resultados das urnas não correspondiam a seus interesses mais imediatos, objetivamente, quando estes apontavam a vitória do candidato da oposição.

Não é, pois, de surpreender que a linguagem do Plano de Melhoramento apresentasse estas mesmas características: todos os projetos anteriormente elaborados não foram mencionados, fazendo parecer que todas as propostas fossem de autoria do Moreira Maciel, como se fosse um plano pioneiro e fruto de partenogênese<sup>8</sup>.

Cabe à Professora Célia Ferraz de Souza o mérito de ter desvendado os mecanismos que deram origem a este Plano de Melhoramentos: com uma economia em ascensão, o Intendente José Montauray nomeou uma Comissão de Saneamento, em 1907, que tratou de tomar iniciativas de melhoramentos das condições sanitárias concomitantemente com os estudos sobre a instalação do novo porto que, como visto, se constituía numa prioridade nacional. Estas obras foram realizadas na administração do Secretário das Obras Públicas do Estado Cândido Godoy<sup>9</sup> e executado por Wilhelm (ou Guilherme) Ahron, arquiteto e urbanista da Intendência. Concomitantemente, Atilio Trebbi, da Secretaria de Obras, foi encarregado de traçar uma avenida monumental que ligava o cais do porto às portas do Novo Palácio (depois, Piratini) que estava em fase de construção. Discutem-se as razões

---

7 A tradição monárquica portuguesa sempre se caracterizou pelo centralismo das decisões e encontrou sua expressão máxima no governo do Marquês do Pombal. Com a independência, o país foi submetido a uma Constituição outorgada através da qual Pedro I garantia seu primado apesar da constituição. Sucessivas constituições que vieram a substituir aquela, conservavam as mesmas características. Não conformado com as liberalidades consignadas pela primeira constituição republicana, Júlio de Castilhos impôs uma constituição estadual mais autoritária mesmo contrariando dispositivos da Constituição Federal. Isso levou Décio Freitas a atribuir a Júlio de Castilhos o fato de ter inventado a ditadura no Brasil (FREITAS, Décio: *O Homem que inventou a Ditadura no Brasil*, Porto Alegre, Sulina, 1998, capítulo um) o que se constitui num exagero, mas não deixa de ter o seu fundo de verdade.

8 Esta postura poderia ser justificada pelo conteúdo milenarista do positivismo, a de que o positivismo estria introduzindo uma nova era, a do Estado Positivo em substituição ao Estado Metafísico. Contudo, até aí foram cometidos exageros, posto que depois da instauração da “constituição castilhista” e antes do Plano de Melhoramentos foram concebidos diversos projetos urbanos que foram aproveitados sem serem referidos, conforme Ferraz de Souza demonstrou em sua tese de doutorado.

9 Cândido Godoy era Secretário do governo estadual e Ahrons funcionário da Intendência. Esta ingerência mútua dos poderes era considerada normal. Todas as tomadas de decisões das municipalidades teriam de ser submetidas ao julgamento do governador, pois em caso contrário, corriam o alto risco de sofrer uma intervenção através da nomeação de um intendente de confiança do primeiro mandatário.

pelas quais somente as duas primeiras quadras desta avenida chegaram a ser executadas (atual Avenida Sepúlveda). Segundo Ferraz de Souza, as razões do abandono do projeto seriam os altos custos de desapropriações e a topografia acentuada. Se assim fosse, por que haveriam de iniciar a abertura desta avenida para abandoná-la depois? É certo que os custos seriam altos, mas as condições de implantação topográfica seriam facilitadas por uma extensão bem maior da rampa, que haveria de começar na Rua dos Andradas e terminar na Rua Jerônimo Coelho. Por esta razão parece ser bem mais pertinente imaginar-se que o abandono correu por conta das mazelas políticas do momento. Como já corriam reclamações (justificadas) referentes aos altos custos da construção do Palácio, Borges de Medeiros ao retomar as rédeas do governo em substituição a Carlos Barbosa Gonçalves que era o grande incentivador tanto da construção do palácio como da avenida, se decidiu pelo abandono da última. Este ato parece ter sido nada mais do que uma jogada maquiavélica através da qual o novo presidente do Estado conseguiu granjear simpatias como homem probo e parcimonioso<sup>10</sup> das quais sempre se fez cingir. E nesta disputa de vaidades, quem acabou perdendo, foi a cidade.

À época da deflagração do golpe republicano, já haviam sido dadas diversas iniciativas no sentido do saneamento da cidade. Até então, as condições higiênicas eram bastante precárias. A forma tradicional de atirar o lixo na rua à espera da primeira enxurrada que o levasse ladeira abaixo, canalizado através de uma sarjeta central e a de destinar os dejetos humanos a fossas negras nos fundos dos terrenos, comprometia o aspecto visual e olfativo das cidades. Mais grave que isso, também contaminava o lençol freático que era o grande fornecedor da água de consumo que era coletada em fontes públicas. Sem tratamento, esta água se tornava fonte disseminadora de doenças infecto-contagiosas e se constituíam numa ameaça permanente de eclosão de epidemias. Este fator de risco impunha a que os conglomerados urbanos tivessem baixa densidade e limitada ocupação territorial. Isso significava que, na medida em que a acumulação de capitais requeria uma concentração populacional que se refletia no crescimento urbano, as condições sanitárias impunham um afastamento dos assentamentos em diversos conglomerados menores relativamente dispersos que eram denominados de “arraiais”<sup>11</sup>.

---

10 Mais tarde iria tomar atitude semelhante com a finalização precipitada do Novo Palácio e de sua inauguração que se resumiu na simples ocupação física do prédio, mas tendo o cuidado de convocar toda a imprensa com a finalidade de promover uma visita às dependências internas, com o fito de mostrar as economias realizadas. Obediente, a imprensa encheu de júbilo as virtudes de probidade do governante.

11 Em Porto Alegre, inicialmente os mesmos recebem, por força da tradição portuguesa, nomes de santos como São João, São Manuel, Santana, Menino Deus. Mais tarde, possivelmente por influência da laicização positivista, estes nomes perderam seu caráter religioso, como o da Cidade Baixa, da Baronesa,

Proclamada a república, não tardaram a aprovação de leis com o objetivo de orientar o desenvolvimento urbano. A partir de 1892 o início de todas as construções tinha de ser precedido de um projeto que precisava ser aprovado pela Intendência. Em março de 1893 entrou em vigor uma revisão do Código de Posturas sobre edificações.

A partir da pacificação do movimento insurrecional interno (Revolução de 1893/5), procedeu-se à encampação das Hidráulicas Guaibense e Porto-Alegrense bem com as Companhias de Luz e de Gás. Mais importante que isso, tratou-se de municipalizar o serviço de coleta de lixo. Diante da enumeração destas iniciativas, fica claro que a instalação da Comissão de Saneamento, em 1907, foi apenas mais um ato que viria a dar prosseguimento a outros que já vinha trazendo resultados muito positivos para a cidade.

Aqui é importante sublinhar que o conceito de “cidade” ao qual se referiam os documentos oficiais, se limitava quase que exclusivamente ao primeiro distrito. Os arraiais não foram contemplados com estes melhoramentos. É importante assinalar que até mesmo no Plano de Melhoramentos – sempre apresentado como o primeiro plano geral de Porto Alegre – os arraiais não foram levados em consideração. No relatório de Moreira Maciel há apenas uma única referência ao “bairro afastado da Tristeza”. O único arraial citado foi o do Menino Deus que também foi enunciado uma única vez e assim mesmo quando desaprova a pretensão dos técnicos da Intendência de ligar a Rua 13 de Maio (atual Avenida Getúlio Vargas) com a “cidade”. Esta ligação parecia a Moreira Maciel despropositada pelo fato de só causar grandes despesas, sem apresentar ganhos reais. Mesmo assim, seu Plano propunha a abertura de uma Avenida Piratini que ligava a Praça Garibaldi ao entroncamento da Rua “General Genuíno” (sic) com o prolongamento da Rua General Paranhos. Isso mostra claramente que esta ligação foi apresentada a contragosto e que o Plano de Melhoramentos apenas estava interessado na remodelação do que hoje chamaríamos de “Centro Histórico” e seus arredores imediatos.

Para dar continuidade às melhorias em andamento, a Comissão de Saneamento tratou de acabar com os “miasmas” causadores dos malefícios da saúde. Para tanto, providenciou na instalação de uma rede de esgotos pluviais (sem miasmas) ao lado de outra, de esgotos cloacais (com miasmas), sem levar em consideração que tanto um como outro era simplesmente despejado no Guaíba, contivessem ou não os tais “gases contaminantes”. Tampouco se cogitava em tratamento dos efluentes, fato que foi sendo adiado pelo resto do século e só está começando a ser seriamente enfrentado na segunda década do novo milênio.

---

da Ilhota, da Colônia Africana, dos Navegantes, do Partenon, da Glória, de Teresópolis, Vila Teodora.

Como sempre acontece, as obras da construção de redes subterrâneas causavam muitos transtornos, eram caras e incômodas. Por isso sua realização era tida como muito lenta. Certamente por este tipo de juízo, o Intendente resolveu acelerar a implantação destes melhoramentos. Para tanto reorganizou, em 1912, a Comissão de Saneamento à qual foi dada o nome de Comissão de Melhoramentos e Embelezamento. A descrença na capacidade dos técnicos locais<sup>12</sup> fica evidenciada na contratação do engenheiro carioca Jorge Valtedaro de Lossio e Seibnitz, professor da Politécnica do Rio de Janeiro cuja credencial maior foi a realização do projeto de saneamento da cidade de Niterói. Sob a chefia de Seibnitz, colaboraram os engenheiros Benito Elejalde<sup>13</sup> como responsável pelo setor de cadastro, Dario Pederneiras, como responsável pelo setor de abastecimento e o médico Bernardo Velho, como responsável pelo setor de higiene<sup>14</sup>. Ainda foram contratados dois auxiliares técnicos, o engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel e engenheiro Bruno Escobar<sup>15</sup>.

A contratação de Moreira Maciel não deixa de ser estranha<sup>16</sup> pelo fato de que havia na cidade arquitetos-urbanistas nela estabelecidos desde longa

---

12 Esta descrença se constitui numa característica nacional. A história do urbanismo demonstra o contrário: Haussmann era parisiense e Cerda, natural de Barcelona. O mais afamado plano de remodelação do Brasil moderno foi o do curitibano Jaime Lerner. Pelo contrário, de que adiantou contratar o francês Alfred Donat Agache ou o grego Constantinos Doxiadis se os mesmos não saíram do papel apesar da fama que os acompanhava. Em nosso entender, os melhores urbanistas são os que mais bem conhecem a cidade que planejam e que são exatamente os que nela vivem, sem qualquer tipo de menosprezo pelos forasteiros.

13 No diário Oficial da União de 18 de junho de 1897, página 8, consta o nome de Benito Ilha Elejalde como aluno da Politécnica do Rio de Janeiro. Segundo os levantamentos de SOUZA (tese de doutorado citado, anexo 2, pg. 2) seria natural de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, a cidade de onde era natural João Moreira Maciel que aí nasceu em 1877, ano aproximado em que também deve ter nascido Elejalde. Isso corrobora na hipótese de há muito levantada de que Moreira Maciel teria sido contratado por suas relações de amizade que transpiram em seu relatório e que eram constantes numa época que se caracteriza por relações sociais “quentes”, isto é, familiares, de amizade ou de confiança mútua. Este caso não pode ser considerado como excepcional. Pelo contrário, se configurava como regra: Júlio de Castilhos rejeitou o projeto de Moniz Bittencourt para a Intendência de Porto Alegre porque julgou que Carrara Colfosco tinha melhores noções de positivismo; Carlos Barbosa Gonçalves rejeitou o projeto para o Palácio do Governo escolhido em concurso público em Paris por influência do cônsul da França em Porto Alegre que lhe apresentou o arquiteto Maurice Gräs; o Intendente Otávio Rocha mandou executar o projeto do viaduto sobre a Avenida Borges de Medeiros porque preferiu um esboço delineado em mesa de bar por Manuel Itaquí em lugar do projeto de Duílio Bernardi que recebeu o prêmio de melhor colocado em concurso público. Estes são apenas três exemplos deste tipo de comportamento.

14 É curiosa a inserção de um médico nesta equipe de trabalho devido ao conceito negativo que acompanhava esses profissionais na concepção positivista.

15 Aparentemente se trata do engenheiro de estradas Roberto B. de Escobar, formado na Escola de Engenharia local em 1909.

16 Argumenta-se que a contratação teria acontecido por falta de pessoas qualificadas na Intendência baseado no argumento de que José Montaury teria apresentado queixa neste sentido. Acontece, porém, que esta manifestação ocorreu em 1919, ou seja, sete anos depois da contratação de Moreira Maciel e quatro anos depois do falecimento de Wilhelm Ahrons.

data e, portanto, conhecedores de “observação local” - como era norma do positivismo - e com formação superior em renomadas universidades européias<sup>17</sup>. Evidentemente, isso não deveria causar surpresa para as condições da época posto que o artigo 72 de constituição estadual estabelecesse que não se pudesse exigir título acadêmico ou escolástico para a contratação de funcionários públicos, o que, por extensão, também passou a valer para as relações de trabalho não oficiais.

Pelos currículos que foram apresentados ao CREA para fins de reconhecimento de sua titulação, os cursos na Alemanha comportavam uma carga horária de mais de 4800 horas/aula<sup>18</sup>, além de exigir de cada estudante uma prática de, pelo menos, um semestre em canteiro de obras atestado através de exame de proficiência expedido pela entidade de classe. Este estágio de formação prática não era exigido no Brasil. No curso da Escola de Engenharia local não foi possível estimar exatamente o número de horas/aula que compunham o curso pelo fato de que parte de algumas disciplinas eram dadas fora da instituição, mas, com certeza, não ultrapassavam de 1200 horas<sup>19</sup>. Não foi possível descobrir qual era a carga horária da Politécnica de São Paulo, porém como os currículos eram praticamente os mesmos e, possivelmente, um tenha servido de base para a organização do outro, dificilmente haveria de divergir significativamente deste número.

De qualquer modo, o nível de qualificação profissional de Moreira Maciel não pode ser comparado com os dos profissionais estrangeiros e mesmo assim foi o preferido. Isso certamente encontra sua explicação no fato de a ideologia positivista pesa mais do que a formação técnica<sup>20</sup>. Neste con-

---

17 Não foi possível descobrir em que universidade se formou Wilhelm Ahrons que ocupava o cargo de urbanista da Intendência, na qualidade da qual assinou numerosos projetos de planejamento e de obras. O norueguês Ole Johan Baade se formou na Universidade Técnica de Berlim; o tcheco Joseph Hruby se formou na Universidade Alemã de Praga. Otto Hermann Menchen se formou na Universidade da Baviera, em Munique. Ernst Karl Ludwig Seubert se formou na Königlische Technische Hochschule de Stuttgart.

18 WEIMER, Günter: A fundação do CREA e os arquitetos. In: *Projeto*, São Paulo, n° 67, pg. 116, set. 1984. A carga horária era rigidamente padronizada para todo o país pelo Ministério da Educação, porém os diversos Estados (*Länder*) podiam acrescentar algumas disciplinas que julgassem necessárias.

19 Além das naturais dificuldades de organização de um curso novo, as improvisações eram uma constante como comprovam as constantes substituições de professores como foi demonstrado em WEIMER, Günter: *A vida cultural e a arquitetura na República Velha rio-grandense, 1889-1945*, Porto Alegre, EDPUC-RS, 2003, p. 300/4. Estas decorriam das sucessivas convocações dos professores para substituir intendentem em municípios interioranos sempre que surgiam divergências entre o Presidente do Estado e o mandatário municipal. Além disso, muitos professores não tinham formação específica nas disciplinas que lecionavam e, pelos levantamentos feitos no Arquivo da Escola, fica muito evidente que nem todos primavam pela assiduidade em classe. Rudolf Ahrons, por exemplo, era professor da disciplina de arquitetura sem ter sido arquiteto nem ter projetado em sua firma e chegava a faltar mais de um terço das aulas programadas.

20 A atitude autoritária dos governantes era uma constante: depois de receber o projeto da nova intendência realizado por seu arquiteto, Oscar Muniz Bittencourt, Júlio de Castilhos preferiu dar a incumbência da autoria do projeto a Giovanni Antônio Luigi Carrara Colfosco que conheceria furtivamente

texto é curioso o fato de que a Escola de Engenharia local financiara a ida de um de seus professores, Adolf Alfred Stern, prata da casa, que obviamente deveria se enquadrar dentro desta ideologia sem a qual não encontraria acolhida no corpo docente da Escola, para se especializar em arquitetura e urbanismo na Itália.

Claro está que Moreira Maciel, em seu estágio de um ano para “observar” a arquitetura no qual percorreu os quatro países em evidência à época (França, Itália, Áustria e Alemanha) deve ter se familiarizado com os conceitos de urbanismo em voga como se pode depreender do escrito de seu Plano.

Incontestável é o fato de que de simples auxiliar técnico evoluiu para o posto de único técnico a assinar o Plano de Melhoramentos em apenas dois anos. Isso atesta que era a pessoa mais capaz dentro da equipe de trabalho. Em consequência, é ele que deve ser considerado como o único responsável pelos méritos ou deméritos que venham a ser apontados.

Fundamental para o entendimento de sua proposta é a constatação de que “a atual construção da capital... muito deixa a desejar, sobretudo pelo lado estético.” Não foi uma novidade descoberta por Moreira Maciel de que os prédios da cidade eram “feios”. Já em 1830, o governador Caetano Lopes Gama chegou à conclusão que os edifícios públicos da cidade não passavam de espeluncas<sup>21</sup>. Dois anos mais tarde, o governador Manoel Galvão relatou que “forma um perfeito contraste com a idéia de vila a nudez de edifícios públicos que em tudo se observa: pondo com tudo de parte por um momento a ideia do belo, não é possível espaçar por mais tempo, deixar de sentir com toda a força a falta de casas adequadas...”<sup>22</sup>. Pelos levantamentos realizados sobre os escritos da cidade ao longo da história feitos por Noal e Franco<sup>23</sup>, salvo poucas exceções, a pecha de que os edifícios da cidade se caracterizam pela feiúra parecer ser uma unanimidade. Moreira Maciel foi apenas um elo nesta corrente<sup>24</sup>. Segundo Nelson Rodrigues, toda unanimidade é idiota. E isso também se aplica aos edifícios porto-alegrenses. Como toda a cidade, ela contém edificações dos mais diversos graus de qualidade arquitetônica como já tentamos demonstrar em diversas publicações. Não encontramos razão concreta para este tipo de juízo. Os cétricos que compa-

---

em viagem a Pelotas por ver nele uma formação mais sólida no positivismo.

21 ROCHE, Jean: *L'Administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 a 1847*, Porto Alegre, Faculdade de Filosofia, 1961, p. 68.

22 Idem, *ibidem*, p. 93.

23 NOAL Fº, Valter Antonio e FRANCO, Sérgio da Costa: *Os Viajantes Olham Porto Alegre*, Santa Maria, Anatterra, 2004.

24 Na década de 1920 a Revista do Globo publicou um artigo intitulado “Muita construção, pouca arquitetura” que deu origem a uma série de artigos com o mesmo título que foram sendo publicados nos mais diversos meios de divulgação.

rem as edificações desta cidade com as de outras capitais contemporâneas!

Partindo da equivocada concepção de que não havia edifícios qualificados, estava justificada e legitimada uma das grandes pragas que vêem assolando esta cidade que é o alargamento das ruas cujos efeitos devastadores são suas intermináveis demolições. A consequência mais imediata é que a cidade não consegue se consolidar. Ainda não chegou a completar dois séculos e meio e já é difícil encontrar um prédio com mais de um século! A segunda foi o culto à personalidade. Este já vinha sendo praticado desde o período colonial, ainda que de forma camuflada. Se o rei era um Dom José, as igrejas construídas eram dedicadas a São José; se o imperador era Dom Pedro, o teatro recebia o nome São Pedro.

A partir do fim da Guerra do Paraguai, os espaços públicos passaram a receber nome de batalhas, de suas respectivas datas e, principalmente, de seus heróis militares. Ao longo do tempo, as datas entraram em oclusão da mesma forma como as batalhas para dar lugar aos heróis “que a pátria chora”. E de lá para cá, é impensável dar-se o nome a qualquer logradouro que não seja de algum “herói”. Primeiro foram os nomes dos governantes; depois vieram os dos secretários de estado e dos intendententes. Hoje, qualquer cabo eleitoral pode aspirar a esta honra.

Em verdade, seria injusto atribuir a Moreira Maciel a instauração destas ondas desoladoras. Em verdade, antes da apresentação de seu Plano de Melhoramentos, a Câmara Municipal já havia autorizado o alargamento de diversas ruas cujo resultado infalível seria a demolição do que restava do barroco<sup>25</sup>. A insistência na importação de novos e sempre mais novos modismos da arquitetura internacional se constitui num absurdo porque no

---

25 Com a proclamação da República, a noção de que o barroco era um atestado de nosso atraso cultural tomou conta do país. O caso mais bizarro foi o de Ouro Preto. Por ser uma cidade quase integralmente constituída por prédios barrocos, foi julgada “indigna” de ser a capital do Estado de Minas Gerais. Por isso, foi decidido que se deveria construir uma nova capital, Belo Horizonte. Com isso, a antiga Vila Rica ficou transitoriamente preservada. Quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, percebeu-se seu relevante valor tanto histórico como artístico. E, de imediato, passou-se a “melhorar” seu aspecto com a transformação dos prédios neoclássicos e ecléticos em “barrocos”. Foi desta forma que a cidade chegou ao alto status de ser reconhecida como um Patrimônio da Humanidade. Muito justo e louvável. Orgulho para nossa Nação! Porém, eis que se resolveu tirar a cidade do “atraso” e se resolveu modernizá-la com a instalação de uma fábrica de alumínio. Sem que fossem tomadas as devidas providências que esta resolução requeria no que se refere à construção de casas para os operários e do afluxo de novos moradores atraídos pela possibilidade de emprego, grande número de novas construções foram autorizadas a ocupar áreas não construídas dentro do perímetro urbano. Sem um planejamento que ordenassem estas inserções, a degradação de suas qualidades levou a UNESCO a ameaçar com um “destombamento” de nossa maior relíquia colonial. Resumindo a “lógica” do processo: primeiro a cidade foi desdenhada por ser barroca; depois foi exaltada por ser barroca ao ponto de se criar uma cenografia para que ela fosse “mais” barroca. Ainda assim, obteve o reconhecimento internacional de seu valor como arte e como história. Finalmente, por desleixo ou incompetência, corremos o risco de perder o reconhecimento por estar deixando de ser suficientemente barroca!

mundo exterior os padrões internacionais também estão em permanente evolução. Os positivistas almejavam transformar Porto Alegre numa Paris e os modernistas, numa Nova Iorque. Uns esqueceram que o Brasil não está situado na França a ou outros que Porto Alegre não se encontra nos Estados Unidos.

Uma segunda característica que tem sido atribuída ao Plano seria a visão da cidade como um todo, incluindo as áreas urbanas e suburbanas conjugada com uma percepção de seu crescimento. Este se constitui num óbvio equívoco como mostra a figura 1 na qual foram representados os contornos que a cidade adquiriu conforme o planta da cidade de 1916 na qual foi destacado contorno aproximado do Plano de Melhoramentos de 1914.



Figura 1: Contornos de Porto Alegre em 1916 com destaque do Plano de Melhoramentos de Moreira Maciel.

Na comparação das duas áreas fica evidenciado que o objeto de planejamento de Maciel era apenas o centro da cidade que corresponde – grosso modo – à quinta parte da área ocupada ou em vias de ser ocupada. Isso evidencia que esta “visão de conjunto” não correspondia à verdade. Pelo lado oposto da mesma moeda, poder-se-ia dizer que, em vista de ter sido dada a oportunidade de propor um Plano GERAL de Melhoramentos, foi perdida uma ótima oportunidade de efetivamente propor diretrizes gerais para o desenvolvimento da área já ocupada, bem como para sua expansão. Para efeitos de referência, reportamo-nos ao plano de expansão proposto por Ildefons Cerda para o desenvolvimento de Barcelona por volta de 1860. Este plano, além de incorporar a multissecular experiência espanhola de criar vilas e cidades na América, na África e na Ásia ainda teve a clarividência de

preservar o que já estava construído. Ao preservar este “casco” medieval e acrescentar um bem concebido plano que viria a incorporar as aldeias das circunvizinhanças (ou arraiais, conforme a denominação lusitana) criaram-se as bases para um plano bem concebido e que ainda hoje se constitui num fator de grande atração turística. A conservação de centros históricos sem intervenções que os descaracterizem também são numerosos em nosso país, como o Pelourinho em Salvador ou o bairro de São José em Recife. Um procedimento semelhante teria sido realmente um planejamento de grande visão. Ao incentivar o modelo das incessantes demolições decorrente das também constantes propostas de alargamentos das vias públicas que nunca serão suficientemente largas enquanto se insistir em fomentar o aumento da altura das edificações, ou seja, da concentração da população domiciliada.

Quando Moreira Maciel iniciou seus trabalhos na concepção de seu Plano, o de Cerdá já completara meio século. Porém, a intelectualidade brasileira não tomou conhecimento das experiências que o catalão estava realizando em diversas cidades espanholas. Seus horizontes estavam fixados em Londres, Paris, Viena e Berlim. Os modelos referenciais eram o plano de Haussmann para Paris e a Ringstrasse, em Viena. E estes foram os pecados capitais dos urbanistas nacionais entre os quais, o de Moreira Maciel. Não vejamos as características dos mesmos.

George-Eugène Haussmann foi o prefeito de Paris entre 1853 e 1870, período correspondente ao Segundo Império. O Imperador era Napoleão III. Como um Bonaparte, tentou seguir os caminhos administrativos traçados por seu tio, Napoleão I. Este resolvia os problemas internos da França através de uma política agressiva externa e, com vitórias em campos de batalha e a submissão dos povos vizinhos, conseguia contornar as contradições internas que assolavam o país. Seu sobrinho tentou seguir a mesma política, mas, a esta altura, os países vizinhos já estavam preparados para enfrentar as agressões militares francesas. Suas investidas bélicas contra os vizinhos redundaram em sucessivos fracassos. Quando a tentativa de conseguir vitórias gloriosas no México resultou em novas derrotas, a situação interna da França se tornou muito acirrada, com ameaças constantes de revoltas populares. Assinale-se que, até então e por duas vezes, as massas populares haviam derrubado o governo, na assim chamada Revolução Francesa e na Comuna de Paris. Para garantir a estabilidade interna, Haussmann foi encarregado de reformar Paris no sentido de permitir o mais rápido deslocamento interno das tropas com o fim específico de debelar qualquer insurgência no momento de sua formação. Para tanto pôs em curso formidáveis ações demolidoras nas periferias da cidade que ainda apresentava muitas características medievais para abrir avenidas que facilmente se co-

municavam entre si. Devido a isso, Haussmann se tornou conhecido como o “artista demolidor” e seu plano ficou equivocadamente conhecido como a “modernização de Paris”. Aqui já podemos adiantar que ações com tamanho conteúdo de autoritarismo haveriam de empolgar as elites positivistas brasileiras, com destaque dos rio-grandenses.

A conjuntura sob a qual surgiu a Ringstrasse de Viena foi muito diferente. No período medieval, a cidade fora cercada por uma sólida muralha que exigia a existência de um espaço interno contíguo livre para o movimento das tropas em caso de necessidade de defesa militar e outro espaço livre externo para dificultar a aproximação das tropas inimigas.

Com a evolução das técnicas de guerra, esta muralha se tornou disfuncional. Pior que isso: com o crescimento e expansão da cidade, esta muralha se tornou um sério entrave para as comunicações internas da cidade e da vida urbana. As evidências apontavam para a demolição da mesma.

Porém, havia um senão. Com a expansão do islã, os cristãos haviam perdido todo o norte da África e a Península Ibérica. Os poucos cristãos que haviam conseguido sobreviver no Oriente Próximo estavam em sérios apuros. Com a conversão dos turcos ao islamismo, o Império Otomano se expandia pelos Bálcãs e Transilvânia, chegando a sitiar a cidade de Viena onde suas tropas foram vencidas e rechaçadas. Esse fato deu origem à fama de que as muralhas de Viena impediram a queda da Europa sob o jugo do Islã. Nestas condições, é fácil entender que a demolição de um símbolo tão forte se tornasse um problema muito grande.

Finalmente, em 1865, o Imperador Francisco José inaugurou a grande avenida que surgira da demolição das muralhas que circundavam o centro da cidade. Isso, porém, não aconteceu de forma pacífica e tranqüila. Nesta época estavam no auge as concepções neoclássicas com suas rígidas normas de “retorno à ordem” que, obviamente não se coadunavam com a estética – ou o que sobrou dela – medieval. A demolição deixou atrás de si um espaço muito irregular, ruas “disformes” que se estreitavam e alargavam aleatoriamente quando não davam em pequenas praças e largos. Nada que pudesse se enquadrar nas concepções greco-romanas. Ou seja, em vez de uma solução, a Ringstrasse acabou por se tornar um grande problema estético.

Coube a Camillo Sitte, o diretor da Escola Imperial e Real de Artes Industriais, transformar o limão em limonada. Em 1889 publicou o livro “A Construção das Cidades Segundo os Princípios Artísticos” no qual procurou na história das artes evidências de que as “irregularidades” desta via perimetral, na realidade, eram expressões de sucessivas manifestações de belezas. Enquanto Haussmann procurava, dentro do possível, abrir aveni-

das lineares, Sitte afirmava que era a curva a expressão maior da estética. Pelo menos, no mundo germânico, a obra de Sitte adquiriu grande repercussão ao mesmo tempo em que levantou muita polêmica no mundo latino. De qualquer modo, na virada do século, tanto Haussmann como Sitte se tornaram figuras referenciais dentro do urbanismo ocidental.

Nada a opor ao significado das contribuições destas personalidades ao debate do urbanismo. Porém, em relação ao Brasil surgem algumas questões que – em nosso entender – deveriam ser colocadas em debate: o que o urbanismo brasileiro tem a ver com estes problemas da Europa Central? Acaso tivemos alguma insurreição popular que indicasse a necessidade de construir avenidas para fins de repressão pelas periferias em estado de levante contra a sempre propalada benevolência de nossos mandatários? À falta de um respaldo sociológico para fundamentar a conveniência de adotar determinadas soluções urbanísticas, pelo menos a citação de Haussmann enche o discurso com ares de muita erudição, mas não esconde o provincianismo de nosso pensamento colonializado.

Com Sitte, o discurso ainda é mais sério. Durante a Guerra dos Farrapos, o presidente provincial, o futuro Duque de Caxias mandara refazer as fortificações de Porto Alegre. Segundo documento assinado por Cláudio Moreira Bento, uma das maiores autoridades na história militar e ex-diretor do Arquivo do Exército, as mesmas se constituíam em duas paliçadas paralelas, de cerca de um metro de altura e afastadas entre si em igual medida. O miolo teria sido preenchido com terra retirada de um fosso externo. Deste modo a altura externa da fortificação era de cerca de dois metros.

Em 1858, a Assembléia Legislativa aprovou uma lei que proibia o Estado de contratar técnicos estrangeiros. Em decorrência, Friedrich Heydtmann foi transferido para a Intendência de Porto Alegre. Deve ter sido por esta época que foi encarregado de demolir estas paliçadas, provavelmente, porque seu madeiramento estava começando a ruir por apodrecimento. Com isso, recolocou a terra no valão do qual tinha sido retirada. Foi desta forma que surgiu a Rua Três de Novembro. O surgimento de uma rua no lugar de uma fortificação tem sido visto como uma aplicação local da experiência vienense da Ringstrasse. Não conhecemos o projeto de Heydtmann nem a data exata de em que foi feita esta transformação. Mas é possível que ele tenha sido realizada até mesmo antes da abertura da perimetral vienense. Daí decorre um problema muito sério: quem teria inspirado a quem neste empreendimento? Será que o Imperador Francisco José andou espionando as obras do antigo Beco do Oitavo ou a intendência porto-alegrense andou enviando algum espião à terra da valsa? Ou será que Heydtmann andou simplesmente aterrando um valão no meio da cidade sem ter sofrido as

benéficas inspirações provenientes das margens do Danúbio? Cada um julgue como bem entender, mas, com todo o respeito pelas opiniões alheias, quer-nos parecer que a última versão seria a mais lógica.

É claro que o simples aterro de um valão não haveria de ser um problema mais significativo dentro da evolução urbanística da cidade. A questão é que a contradição das concepções Haussmann / Sitte geraram uma interminável discussão sobre a conformação das avenidas, se deveriam ser retas como propunha o prefeito de Paris ou curvas como entendia o historiador de Viena. É obvio que esta discussão bisonha estava basicamente equivocada. Se a reta encerrar em si o conceito de beleza, o que seria do barroco? Inversamente, se a beleza for monopólio da curva, quase toda a produção modernista deveria estar condenada à demolição. Beleza não é uma questão de geometria, mas de expressão artística.

Como bom positivista, Moreira Maciel não entrou em discussões teóricas, mas em algumas ocasiões evocou razões estéticas para justificar certas soluções que apresentava. Porém, Saturnino de Brito procurava justificar o traçado de vias públicas que deveriam acompanhar as curvas de nível em oposição às transversais que deveriam seguir as linhas de maior declive pelas quais deveriam ser colocadas as canalizações de abastecimento de água e de esgoto. Dentro de uma visão estritamente técnica, esta seria uma solução ideal, mas, basta ver um dos resultados da aplicação destes preceitos, para perceber suas limitações. Embora não seja de Brito o plano de Iraí, quer parecer que este foi o caso mais agudo de um planejamento equivocado, como pode ser visto na figura 2.

Seria justificada a atribuição dada a Moreira Maciel de ter grandes preocupações com a beleza? Examinado o texto de seu relatório percebe-se que as referências à beleza são poucas. A sua constatação de que os edifícios da cidade deixam muito a desejar no que tange à estética parece indicar sua disposição em mudar este quadro. No entanto, suas considerações sobre a beleza quase sempre estão ligadas a questões sanitárias. Em dois momentos afirma que a característica da criação da beleza seria muito cara e como enfatiza que sua meta era propor soluções compatíveis com a falta de recursos da Intendência, fica claro que em seu entender investimentos até em “pequenas belezas” implicariam em grandes despesas. Daí fica implícito que este tipo de investimentos teriam de ser postergados.

Quando tratou da reorganização do Campo da Redenção fica mais explícito como deveria ser tratada a questão do embelezamento. Nele haveria espaço suficiente para, MAIS TARDE (destaque nosso), serem colocadas “obras de arte, fontes, grutas, grupos de estátuas, etc.” além de “um grande parque com grandes canteiros de relva, pequenos bosques e alamedas,

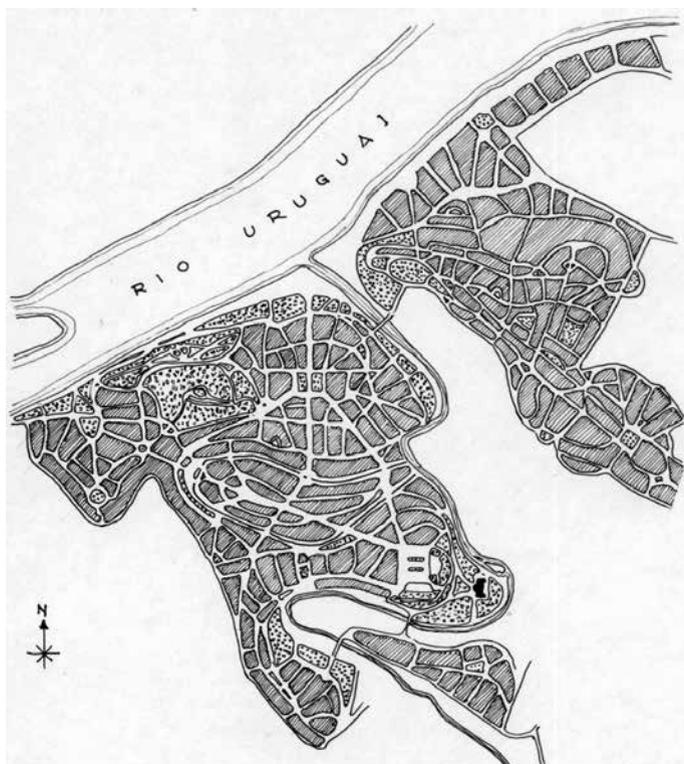


Figura 2: Plano de Irai concebido por Carlos Torres Gonçalves, com influência das teorias de Saturnino de Brito.

alguns lagos artificiais, 2 restaurantes, um coreto.” Tudo a ser criado mais tarde, pois no presente (em 1914) não havia condições financeiras para tais encargos.

Como se percebe, as concepções sobre estética de Moreira Maciel divergem frontalmente das de Sitte. Enquanto este propugnava pela criação de espaços belos em si, aquele entendia que a beleza consistia na agregação de adereços ou complementos *a posteriori*. Daí se deduz que a atribuição de influências de Sitte no Plano de Moreira Maciel não tem consistência. Como admirador de Comte, julgava que as artes se constituíam num ramo menor do conhecimento.

Quando é constatada a existência de contradições de concepções de possíveis influências no plano de Moreira Maciel, não quer dizer o mesmo seja equivocado. Seu projeto apresentou uma série de proposições que teriam sido de grande valia para o desenvolvimento da cidade se as mesmas tivessem sido levadas a efeito. Como exemplo poder-se-ia citar a ligação da Rua João Telles com a Rua Comendador Coruja. A nova rua assim criada teria servido como via de contorno do centro e ajudaria a distribuir o fluxo

proveniente ou que se destinaria ao Caminho do Meio; a ligação da Rua Garibaldi com a Rua Pontas de Paris que efetivamente foi feita em 1925 pelas mesmas razões; a proposta de colocar uma rotatória no centro do terreno da Santa Casa que ensejaria uma ligação da Rua Coronel Vicente com a Rua Três de Novembro (atual André da Rocha) e com a Rua Vasco da Gama que poderia servir de base para a construção de uma futura perimetral e uma igualmente futura radial. É claro que se examinarmos projetos de outras cidades anteriores, poderemos encontrar muitos exemplos de perimetrais e de radiais. Porém, estes conceitos ainda não estavam maduros à época em que Moreira Maciel apresentou seu Plano. Tanto isto é verdade que ele próprio não se utilizou de tais conceitos. Por isso é temerário supor que ele estava intuindo algo que só se conceituaria no futuro. Isto fica muito claro, por exemplo, na suposição de que estava intuindo uma primeira perimetral ao sugerir uma ligação da rua Três de Novembro com a Coronel Genuíno, fato que ele efetivamente não propôs e que ainda hoje se constitui um gargalo de constantes congestionamento.

Igualmente, a proposta da ligação desta rotatória com a Rua Vasco da Gama não se enquadra dentro do conceito de radial pela mesma razão. No entanto, ela foi aberta bem mais tarde. Seria esta uma intuição visionária de Moreira Maciel? Quem conhece a história de cidade sabe que a abertura desta radial aconteceu quando se chegou à conclusão que seria necessário criar uma rua “binária” à Avenida Independência quando ficou patente que esta não conseguia mais dar vazão ao fluxo nos sentidos centro-bairro e bairro-centro. Foi por esta razão que surgiu esta radial e não porque Moreira Maciel detinha poderes de vaticinar.

A mesma questão se evidencia com a propalada abertura da Avenida Borges de Medeiros e do viaduto Otávio Rocha. A bem da verdade, Moreira Maciel afirma em seu relatório que ele cogitou na possibilidade da construção de uma via subterrânea ligando as duas faces da colina, mas não fez qualquer proposta concreta de sua construção nem de sua localização. Via subterrânea significa um túnel. Este túnel nunca foi executado. Sua proposta foi a de alargar a Rua General Paranhos, sem propor um gabarito concreto. Aparentemente, de 14 metros de largura, na mesma forma como outras ruas paralelas como a Vigário José Inácio, a do Comércio, a João Manoel, a Paissandu e a Araújo Ribeiro. Sua proposta de alongar a Rua do Comércio (Rua Uruguai) nunca foi concretizada da mesma forma como aconteceu com sua proposta de redimensionar a Travessa Araújo Ribeiro. O alongamento da Rua Paissandu que originalmente deveria se comunicar com a Rua General Auto caiu no vazio porque o Visconde de São Leopoldo resolveu incorporar um trecho (entre a Duque de Caxias e a Riachuelo) no terreno em que construiu o seu palácio residencial, hoje conhecido como o

Solar dos Câmara. Logo, as seis possibilidades, no correr do tempo, foram reduzidas à metade. Dentre as três possibilidades restantes foi escolhida a General Paranhos que viria a ser renomeada para Avenida Borges de Medeiros. Intuição genial: dentre as três opções restantes, foi escolhida uma! Claro que não em termos de um túnel nem na largura proposta. Mas quem se importa com detalhes tão irrelevantes?

Quando Moreira Maciel apresentou do Plano de Melhoramentos, um trecho da Avenida do Porto já estava em construção, e uma segunda estava em fase de licitação. Moreira Maciel, no entanto, afirma que foi ele que propôs a sua abertura. Erro seu e equívoco de quem foi na sua onda?

Com a política de centralização da indústria em Porto Alegre promovida pelo governo estadual, houve um significativo afluxo populacional a Porto Alegre. Este contingente de migrantes teria de ser alojado em algum lugar. Uma opção seria as margens pantanosas do Arroio Dilúvio. Para tornar a área habitável, era necessário drenar a área. Como fazê-lo? A solução óbvia seria aprofundar seu leito, canalizá-lo pelo talvegue com o compromisso de retificar os meandros. Moreira Maciel havia proposto canalizar um trecho que ia desde a Praça Garibaldi, em linha reta, até o rio para melhorar as condições de ajardinamento da proposta Avenida Marginal.

Baseado nesta proposta, alguns chegaram à conclusão de que ele teria tido a clarividência da canalização integral do mesmo. Ora, isso se constitui num equívoco. Foi o crescimento populacional que forçou a que o Riacho fosse canalizado. Essas premissas tornam evidentes que o traçado acabaria por receber contornos que atenderiam às novas demandas. E essas foram muito diferentes daquelas propostas por Moreira Maciel. Não é, pois, de surpreender que o traçado da Avenida Ipiranga estivesse totalmente deslocado em relação ao proposto por Moreira Maciel.

Também tem sido apontado como altamente significativa a proposta de Moreira Maciel de abrir a Avenida Farrapos. Esta passaria pelo meio de quadras muito compridas existentes entre o Caminho Novo (Rua Voluntários da Pátria) e a Cristóvão Colombo, com início na Rua Garibaldi e que se prolongaria para além da Rua Hoffmann. Maiores detalhes sobre sua conformação não foram apresentados a não ser que as avenidas, em geral, deveriam ter 22 metros de largura. Três décadas mais tarde foi aberta uma avenida com igual nome. Mais uma premonição do autor do Plano de Melhoramentos? Não. A nova Avenida Farrapos começaria na Usina do Gasômetro e se estenderia até o entroncamento com a Avenida Ceará, numa rotunda onde foi erguido um monumento do Laçador. Portanto, salvo o nome, a nova Avenida nada tem a ver com a proposta em 1914.

Moreira Maciel propôs um alargamento da Avenida Praia de Belas que

renomeou para Avenida Marginal. Seria uma avenida de 60 metros de largura com um centro ajardinado e arborizado de 20 metros de largura com uma bela vista sobre o Guaíba. Este projeto foi frustrado pelo fato de que houve uma decisão de realizar um largo aterro para permitir o prolongamento da Avenida Borges de Medeiros além de criar parques e uma avenida dique que recebeu o nome de Edvaldo Pereira Paiva. Esta não foi executada na largura proposta nem foi agraciada com o jardim central de 20 metros. O dique surgiu como prevenção contra enchentes que não foi previsto por Moreira Maciel. Redondamente cem anos mais tarde, ou seja, em nossos dias, está sendo aberta a segunda pista sem o jardim central e num nível bem inferior à já existente, portanto sem a vista ao Guaíba. Obviamente, seu caráter é completamente diferente ao imaginado por Moreira Maciel. Seria esta uma “permanência” do Plano Maciel, apesar dos consideráveis deslocamentos? Certamente que não, pois a abertura desta nova avenida tem a ver com a realização da Copa do Mundo de Futebol e a escolha do estádio do clube esportivo Internacional para a realização de alguns jogos sobre os quais Moreira Maciel não se manifestou.

Estas apreciações poderiam ser levadas bem mais avante, mas acabariam levando aos mesmos resultados: quase todas as diretrizes propostas por Moreira Maciel passaram em brancas nuvens e seu Plano se constituiu apenas num episódio dentro dos setores de planejamento da cidade.

A estas conclusões havíamos chegado por volta de 1993 quando submetemos ao Conselho Editorial da editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul um livro sobre as origens e evolução das cidades rio-grandenses. Dentre os 18 capítulos, um tratava do plano de embelezamento no qual tocamos, muito de leve, na inconseqüência do plano de Moreira Maciel. Curiosamente, de toda a obra, só foi criticado este ponto. Foi-nos informado de que o livro poderia ser editado se reformulássemos este capítulo. É claro que não poderíamos ir contra nossas convicções. Por esta razão, o livro foi recusado. Este fato dá a correta dimensão do patrulhamento ideológico que envolve a questão e afronta diretamente a liberdade de pensamento. Isso é grave exatamente por se tratar de uma Universidade pública.

Se o plano de Moreira Maciel apresentava qualidades é de se indagar sobre as razões de seu abandono. É sabido que por volta de 1922 retornou para o Rio de Janeiro. Esta volta estaria ligada a algum tipo de retaliação dos grupos locais ou seria a consequência de alguma perda de esperança quanto ao futuro de suas proposições?

Provavelmente, não foi uma nem outra coisa. Dentro do desenrolar dos acontecimentos que se seguiram, tudo contribuiu para a paralisação dos investimentos no urbanismo. Em 1909, no auge do comércio interna-

cional, a Intendência havia contraído um empréstimo de 600.000 Libras Esterlinas<sup>26</sup> que teve dificuldades de saldar quando arrebentou a I Guerra Mundial. O fato de que Moreira Maciel entregou seu Plano com ressalvas de que não teria graficado algumas soluções, indica que a conclusão foi um tanto precipitada devido ao início da Guerra<sup>27</sup>. Os anos seguintes seriam de contenção econômica devido ao conflito que paralisou o comércio internacional. Os investimentos da Intendência depois da entrega do Plano foram feitos quase que integralmente no saneamento (hidráulica, esgotos, gás e eletricidade) e apenas 7,2% no “asseio público”<sup>28</sup>. Isso demonstra que a Intendência estava basicamente focada na construção do saneamento básico e pouco ligada na reforma urbana.

O fim da Guerra foi encarado pelo governo do Estado com grande otimismo o que o levou a realizar avultados investimento como a encampação da Viação Férrea e a realização de grandes obras civis. Como os países europeus estavam arrasados pela guerra, o esperado recomeço de intensa atividade comercial internacional não aconteceu e a administração estadual enfrentou uma grave crise que levou a um levante militar interno (a Revolução de 1923/4) que comprometeu ainda mais as finanças do Estado. Diante desta situação a Intendência se viu obrigada a contrair novo empréstimo, ainda mais avultado, ou seja, de três milhões e quinhentos mil dólares americanos. Destes quase três quartas partes foram investidas em saneamento. Em decorrência da assinatura do Pacto de Pedras Altas, José Montauray teve de ceder o cargo de Intendente a Otávio Rocha que veio com novas idéias e centrou os escassos recursos destinados à reforma urbana na abertura da Avenida Borges de Medeiros. Isso mostra que não levou em consideração as prioridades propostas do Plano de Moreira Maciel.

Disso se pode concluir que, desde o começo, o Plano de Melhoramentos não foi prioritário para a administração municipal e, na medida em que foram evoluindo as pressões políticas, a Intendência passou a atender aos interesses políticos mais prementes sem atender a um planejamento de medidas conjuntas e integradas. Isso foi muito mau para o Plano de Melhoramentos e para a cidade.

Para concluir, parece ser necessário voltar a uma questão enunciada no início. Como foi mostrado, os escritos de Comte não tocavam na questão do urbanismo. Se esta é a verdade que facilmente pode ser conferido em suas publicações, como se pode falar em urbanismo positivista<sup>29</sup>?

---

26 BAKOS, Margaret M.: Porto Alegre e seus eternos intendentes, Porto Alegre, EDPUCRS, 1996, p. 89.

27 A Guerra começou em 28 de junho de 1914 e a entrega ocorreu em 25 de agosto do mesmo ano.

28 Idem, ibidem, p. 94.

29 Claro está que o positivismo teve muitas correntes. Não nos aprofundamos nesta questão porque a versão que se divulgou em nosso país era de inspiração comteana.

Para Comte, a humanidade havia passado por diversas etapas evolutivas das quais as mais destacadas seriam a teológica que se caracterizaria pelo empirismo dos conhecimentos, a metafísica que se caracterizaria pelo primado das ideologias e a atual, dita positiva, na qual os conhecimentos científicos substituiriam os anteriores. Dentro desta perspectiva, atribuiu aos conhecimentos científicos valores universais por imaginar que fossem objetivos, livres de preconceitos e isentos de juízo. A alta valorização destes conhecimentos levou a que lhes fossem atribuídos qualidades que tendia ao absoluto pelo fato de que os mesmos poderiam ser aperfeiçoados através de observações cada vez mais acuradas e profundas. Desta forma, esta concepção continha um fim utópico visto que os sucessivos aperfeiçoamentos conduziram, a longo prazo, a uma verdade final, universal e absoluta. A concepção da universalidade dos conhecimentos científicos, portanto, foi a ponte que levaria a sua aplicação universal o que significa que eles também serviriam para o urbanismo.

Em sua dissertação de mestrado, Paul Dieter Nygaard<sup>30</sup> examinou como estes princípios acabaram por ser absorvidos pelos urbanistas. Ele tentou resumir-los em nove princípios doutrinários dentro os quais destacamos os seguintes: 1) somente os fatos da vida real podem ser a fonte para o conhecimento científico; 2) este deve explicar a realidade, mas não definirá as causas; 3) tanto as ciências naturais como as sociais, por serem análogas, só serão científicas se se expressarem em linguagem formalizada, quantitativa e serem passíveis de experiências; 4) o conhecimento científico de determinada área é de domínio exclusivo de especialistas.

Do que foi visto, certamente Moreira Maciel bebeu desta fonte, contudo, sem se faltar. Ao se ater rigorosamente às condições da cidade de Porto Alegre, sem fazer ilações teóricas nem buscar elementos externos ao tema de que estava tratando, foi muito fiel aos dois primeiros princípios apontados. Ainda que o texto de seu relatório não esteja perfeitamente sincronizado com a planta da cidade (depois de o desenho ter sido concluído, surgiram novas ideias que não foram graficadas), suas proposições estão claramente formalizadas, nos termos do terceiro princípio. A elaboração de custos possivelmente não repousa neste princípio, o da quantificação, sem, contudo se opor a ele, pois faziam parte de tradição que vinha desde o Império o da apresentação de projetos acompanhados de uma estimativa de custos. Por se tratar de uma proposta de soluções, a questão experimental ficou prejudicada.

Quanto ao quarto princípio, seu autoritarismo é quase dogmático. Se-

---

30 NYGAAARD, Paul Dieter: *Bases doutrinárias em planos diretores, um estudo dos planos diretores para o município de Porto Alegre, 1914 a 1979*, Porto Alegre, FAU, UFRGS, 1995.

ria este uma consequência da aplicação do quarto princípio ou seria apenas um reflexo do autoritarismo governamental em vigor? Difícil dizer. De qualquer modo, sua proposta incorporou diversos projetos anteriormente elaborados, alguns ainda que a contragosto, sem apontar qualquer indicação de suas autorias. Tudo foi apresentado como se fosse de sua autoria pioneira. Nesta postura poder-se-ia deduzir que ele se julgava o especialista onisciente bem aos moldes comteanos.

Ressalta no contexto da execução de seu trabalho que ele emergiu de uma comissão destinada a resolver problemas de saneamento. Porém, seu texto mostra que passou ao largo destas diretrizes na medida em que os apontou, mas não entrou no questionamento de suas soluções. Esta postura poderia ser entendida como reconhecimento de deixar esta questão por conta dos diversos especialistas que integravam a equipe de trabalho, como o prescrevia o quarto princípio antes apontado. Ele, como urbanista, se atinha somente os quesitos de sua especialidade.

Porém, o que é mais intrigante em seu plano foi o fato de ter-se limitado a elaborar soluções de um trecho muito limitado da cidade, ao mais “nobre”, para utilizar a terminologia de sua época, sem levar em consideração até mesmo áreas bastante valorizadas como o espigão da Avenida Independência. Esta postura deixa claro que pouco foi influenciado pelo plano de reforma urbana da Haussmann ainda que, de acordo com esse autor, tenha assumido uma postura eminente elitista na medida em que a cidade que foi por ele trabalhada se reduziu apenas ao seu centro, o mais valorizado.

Disto pode-se deduzir que, ao contrário do que tem sido buscado em seu Plano de Melhoramentos, esteve claramente centrado na busca de soluções concretas para a cidade sem se deixar levar por modelos de inspiração que seus críticos têm insistido em procurar. Este parece ser o maior elogio que deva ser feito a seu trabalho na mesma medida em que deva ser lamentado que proposições positivas que certamente teriam trazido benefícios à cidade tenham sido destinadas ao limbo das boas intenções engavetadas.

Mas, não podemos deixar passar em brancas nuvens o fato de que algumas proposições suas vieram a comprometer o desenvolvimento da cidade como a implícita reordenação quase total de seu centro decorrente de uma visão de desprezo por sua arquitetura e pela não percepção de valores tradicionais do urbanismo ibérico.

A questão mais complicada é a avaliação de seu comprometimento com os métodos positivistas de encarar o projeto da cidade, qual seja, o utópico entendimento de que o planejamento seria uma atividade científica em vez de projetual. Em que medida teria sido ele a pessoa que abriu as portas deste cientificismo que passou a criar raízes cada vez mais profundas depois

da I Guerra Mundial?

É certo que Ubatuba de Farias se declarou, em diversas ocasiões, grande admirador de Comte da mesma forma como Edvaldo Paiva um fiel seguidor do marxismo-leninismo, mas que deveria ter sido denominado de stalinismo porque em sua práxis foi expurgada a dialética hegeliana a favor de uma aproximação progressiva do positivismo. Na impossibilidade de contornar o conteúdo de projeto dos planos da cidade, cada vez mais foi se afirmando a utopia de resolver os problemas inerentes ao desenvolvimento urbano através de um metaprojeto através do qual os números, por serem supostamente destituídos de ideologias, haveriam de arranjar e resolver os problemas urbanos. Consequentemente, o planejamento passou a ser regido por índices de todos os tipos que cada vez foram sendo ampliados em suas áreas de aplicação, na vã esperança de que desta forma seriam resolvidos os problemas inerentes ao desenvolvimento urbano.

Como isso não aconteceu e, para ser mais exato, os problemas se agravaram progressivamente, os desentendimentos foram levados a confrontações ideológicas que tinham por base os mesmos princípios programáticos como muito bem o demonstrou Nygaard em sua dissertação. Se Comte nada deixou escrito sobre o urbanismo, Marx também não o fez. Quando os urbanistas católicos procuraram fazer frente ao urbanismo “comunista” dos modernistas e também nada encontraram a respeito de um projeto cristão de cidade no Novo Testamento, apelaram para os mesmos métodos quantitativos.

Quando rufaram os tambores, os planejadores “comunistas” foram expurgados ou enjaulados e os padres “vermelhos” mandados de volta quando eram estrangeiros e calados, se nacionais. Coube aos militares assumirem o comando das operações no sentido de conceber planos “democráticos” através do SERFAU que consistia em aplicar os mesmos métodos quantitativos cujos resultados se tornaram cada vez mais comprometedores na medida em que se propugnava por equipes de planejamento mais diversificadas. Com isso, as contradições se tornaram mais agudas.

Quando foi ouvido o toque de recolher e as liberdades civis voltaram a gerir a Nação, os novos ares não foram suficientemente inovadores de modo a propiciar um retorno ao projeto. Antes, pelo contrário: sucessivas revisões dos planos diretores ampliaram os índices e a circunscrição em que passaram a ser aplicados.

Eis a verdadeira permanência das concepções positivistas. A contribuição de Moreira Maciel no desencadeamento deste processo parece inquestionável. Mas seria ele o responsável maior por este infausto início? Em nosso entender, o Plano foi apenas um episódio.